

DOS MUROS DA UNIVERSIDADE ÀS SALA DE ESCOLA: Estudo de caso do projeto de extensão Cidadania Ativa da UFCG

Hualafy Rafael Barbosa Santos- Mestrando PPGA.

Universidade Federal da Paraíba, hualafybarbosa@hotmail.com

Resumo: O problema principal que motivou essa pesquisa foi a questão da invisibilidade de importantes experiências de educação em, sobre e para os direitos humanos por todo o território nacional. Como a EDH deve ser uma prática constante a ser incentivada, programas locais como o *Cidadania Ativa* devem sempre serem colocados em evidência. O objetivo principal é investigar a extensão universitária *Cidadania Ativa, Valores e Instituições Políticas* da UFCG enquanto fomentadora de EDH. Metodologia: Pesquisa bibliográfica, observação participante. Precisamos dar visibilidade para estes programas, pois: “na área de direitos humanos, temos um grande desafio, o de mapear as ações, de modo a nos conhecer, e promover cada vez mais o intercâmbio, saber quem somos, onde estamos, o que estamos fazendo, qual a metodologia e qual são os nossos resultados. (ZENAIDE, 2006, p. 406).

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos. Cidadania Ativa; Extensão.

INTRODUÇÃO

Ao abordamos a temática das práticas educativas em direitos humanos é comum e até mesmo salutar que entendamos esse universo pedagógico como um campo específico com método, objeto e bibliografias próprias (TOSI, 2005). As práticas educativas em EDH¹ são merecidamente reconhecidas como importantes ferramentas para a construção de uma sociedade civil organizada, e por isso mesmo, cabe a todos os agentes educacionais, sejam formais ou não-formais, o compromisso maior em promover-las e suplanta-las.

Entre os promotores da educação formal do Estado Brasileiro, a universidade, sobretudo a pública, ganha um papel preponderante nesse processo. Ou como bem explica Tosi:

a Universidade, sobretudo a pública, tem um papel e uma contribuição específica e relevante a cumprir no âmbito do “Sistema Nacional de Direitos Humanos” que, aos poucos, está se constituindo e que inclui um conjunto de ações governamentais e não-governamentais, para a promoção, a defesa e a difusão de uma cultura da tolerância, do respeito aos direitos fundamentais e da promoção da paz. (TOSI, 2006 p.33).

¹ Educação em Direitos Humanos

As extensões universitárias tais como o PROBEX da UFPB, o PROEXC da UFPE e o PROEX da UFRN são exemplos de esforços nesse sentido. Todos se objetivam em educar ou formar indivíduos que se identifiquem e se reconheçam como atores sociais plenos, promovedores de uma cultura de paz e dignidade.

É neste sentido, com foco na promoção da defesa de valores basilares para a construção de uma sociedade de respeito, justiça e igualdade que surge² um importante programa de extensão universitária: o *Cidadania Ativa, valores e instituições políticas* da Universidade Federal de Campina Grande.

Esse projeto que atinge jovens estudantes de escolas públicas³ (em visível estado de vulnerabilidade social) se objetiva em educar esses futuros e pequenos cidadãos na prática e consolidação de uma cultura pautada no respeito ao próximo. Questões importantes como: violência, gênero, drogas, religião, meio-ambiente e etc, são tratados em uma linguagem acessível a seu público⁴. Obviamente tal abordagem parece num primeiro momento a mais adequada, e talvez só essa pesquisa em curso revelará a efetividade dessa metodologia. Em suma, o *Cidadania Ativa* atua na perspectiva da consolidação de uma consciência republicana e no empenho de construir um “espaço em que os sujeitos possam se significar politicamente de modo que tanto os sujeitos como os sentidos sejam não mera reprodução, mas transformação, resistência, ruptura” (ORLANDI, 2007, p.307).

Como o próprio PNEDH⁵ defende que é dever dos governos democráticos garantir a educação de todos as pessoas, principalmente aquelas em situações especiais, a importância de programas como esse está garantida. Cabe a nós, acadêmicos e pesquisadores de EDH, estudar o impacto e efetividade desses programas, dando não só esclarecimentos a respeito dessas experiências, como também visibilidade a esses processos e extensões.

Esse é o objetivo central da pesquisa em andamento: estudar o *Cidadania Ativa*, analisar as suas possibilidades, enxergar os seus problemas e limites e indicar se possível, como essas experiências podem ser importantes para a EDH como um todo (suas repercussões). O problema principal que motivou essa pesquisa foi a questão da invisibilidade (e nebulosidade) de importantes experiências em EDH por todo o território nacional. No caso do *Cidadania Ativa* há uma ausência

² O programa começou suas atividades em 2009 e permanece ativo até os dias atuais.

³ Todas na cidade de Campina Grande-PB

⁴ Habitualmente se fazem palestras, debates, filmes, oficinas e etc sobre essas temáticas.

⁵ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)



evidente de estudos sobre o programa. Como EDH deve ser uma prática constante a ser incentivada, programas locais como o *Cidadania Ativa* devem sempre serem colocados em evidência.

METODOLOGIA

Um dos primeiros recursos que destacamos para a realização desta pesquisa é apoiar-se num método suficiente que melhor responda aos objetivos que foram elencados no tópico anterior. Buscaremos inicialmente estudar o aporte teórico (dados nas referências), pois será esse que dará base as reflexões sobre a função social da universidade e de práticas educativas em direitos humanos através desse projeto de extensão (*Cidadania Ativa*).

Portanto, para uma melhor execução do trabalho, destacamos que essa pesquisa será construída através de diferentes técnicas, nas quais destaco: Pesquisa bibliográfica, utilização de entrevistas, aplicação de questionários, análise do discurso, netnografia e observação participante⁶. Esses métodos de pesquisa nos possibilitarão uma leitura crítica dos problemas que propusemos a investigar.

Como já dito anteriormente, constitui-se como caráter primordial a utilização de entrevistas, a aplicação de questionário se faz presente na pesquisa por se tratar de um método de coleta de dados, com o intuito de levantar opiniões, interesses, situações vivenciadas, crenças, sentimentos e memórias. Será utilizada na aplicação de questionários uma linguagem simples e direta para quem for respondê-las possa compreender com clareza o que está se perguntando.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente observa-se que o tema dos direitos humanos tem estado em grande evidencia no cenário mundial. É possível afirmar que dentre as diversas áreas sociais, no que concerne à pesquisa e teoria em direitos humanos, a educação vem recebendo destaque específico por desenvolver funções transformadoras, priorizando ações orientadas pelo princípio da igualdade, fraternidade, na construção do exercício da cidadania ativa e no respeito aos indivíduos, empoderando-os e emancipando-os.

É de fundamental importância mencionar que o processo educacional em, sobre e para os direitos humanos requer uma abordagem bem mais ampla do que chamamos de educação formal

⁶ A observação participante obriga a seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um ‘desarranjo’ das expectativas pessoais e culturais (CLIFFORD, p. 20)



(esta que ocorre nos espaços escolares), visto que, as formas de educação popular para os direitos humanos assumem um caráter de extrema complexidade. Isso quer dizer: “contextos específicos necessitam também de abordagens específicas. Isto é, não se trabalha da mesma maneira na universidade, numa sala de ensino fundamental ou médio, com promotores populares etc. (CANDAU, 2007, p. 405)

Os diversos canais de disseminação da educação em direitos humanos, antes de serem afirmadas pelos programas, leis e planos se arquitetam numa cultura que promovam práticas e atitudes que sensibilizem e humanizem os mais diversos atores sociais. “Uma educação voltada para a disseminação de uma cultura de direitos humanos tem de ser capaz, acima de tudo, de propugnar a construção de uma sociedade preparada para o exercício da autonomia, condição fundamental para o exercício da cidadania”. (BITTAR, 2007, p. 317).

Os desafios para efetivação das práxis educativas em direitos humanos são travados por lutas permanentes e dialógicas, oriundas dos movimentos de resistências que buscam o cumprimento de direitos que respeitem à integridade humana desde a emergência da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ratificada por meio de pactos e acordos realizados a posteriori. Concorda-se com a afirmação de Bobbio que esclarece: “um Estado e uma sociedade somente podem ser efetivamente considerados democráticos quando se constituem sob a égide dos direitos humanos” (BOBBIO apud. VIOLA, 2010, p. 21).

É inegável a existência de documentos importantes que legitimem os direitos humanos. Nesse sentido, é cabível evidenciar que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos outros documentos foram elaborados, fortalecendo o respeito a esses direitos, a importância da educação e essencialmente a EDH.

Partindo do pressuposto da universidade assumir suas responsabilidades e efetivarem suas práticas de extensões como ação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, demarcando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, trazendo para si a responsabilidade da emancipação do ser humano, através da transmissão de conhecimento. De acordo com o pensamento de Freire não existe ensino sem aprendizagem e também não é possível ensinar sem pesquisar.

Em suma, as extensões universitárias em direitos humanos enquanto formadoras de cidadãos politizados, configura-se como uma pratica cidadã visando a eliminação de visões etnocêntricas que



excluem os demais por suas diferenças, lutando contra todos os tipos de preconceitos e discriminações. De fato, a luta pela garantia dos direitos humanos no Brasil e em toda a América Latina vem se definindo de forma árdua. Mas, cabe ressaltar que as práticas educativas em direitos humanos, a sua internalização e reprodução são difíceis, porém, possíveis.

Como estratégia de difundir e fomentar práticas educativas que absorvam valores sociais baseados nos ideais de cidadania, a “extensão deve servir como instrumento que viabilize a função social da universidade, saindo dos muros da academia, articulando o ensino e a pesquisa e os saberes acadêmicos, seja em nível de graduação ou pós-graduação”. (ZENAIDE, 2006, p. 387).

As extensões universitárias devem ser efetivadas para propiciar a cidadania, levando aqueles que tiveram seus direitos negados a condições de indivíduos plenos, favorecendo processos de empoderamento, reflexão crítica e educação para o não retorno ao autoritarismo. Princípios estes que se constituem hoje como o sentido de EDH.

Diante daquilo que foi exposto, ressaltamos a necessidade de que pesquisas acadêmicas realizem a avaliação de projetos de extensões universitárias voltadas para a construção de uma cidadania ativa. Precisamos dar visibilidade para estes programas, pois: “na área de direitos humanos, temos um grande desafio, o de mapear as ações, de modo a nos conhecer, e promover cada vez mais o intercambio, saber quem somos, onde estamos, o que estamos fazendo, qual a metodologia e qual são os nossos resultados”. (ZENAIDE, 2006, p. 406).

CONCLUSÃO

A escolha do objeto de estudo dessa pesquisa se justifica pelo fato de que tal experiência tão inovadora (e de relevância social) em EDH nunca foi abordada anteriormente por uma pesquisa acadêmica. Aliás, como bem cita Tosi: “uma das tarefas urgentes a ser realizada, por uma rede de centro de estudos e formação aos direitos humanos, é o levantamento da bibliografia pertinente e a elaboração de novos textos”. (TOSI, 2006, p.42).

Partindo do princípio de contribuir no preenchimento de lacunas no que tange a temática de práticas de cidadania oriundas de EDH, visamos ressaltar essas experiências locais pois “é preciso dar visibilidade, avaliar e apoiar as experiências de extensão. É preciso ainda, ver que métodos estão sendo utilizados, porque há uma riqueza de experiências que nem nós da Universidade conhecemos”. (ZENAIDE, 2006 p. 407)





Levando em consideração que esse estudo aborda uma temática que discute a importância e o fortalecimento do sujeito social enquanto cidadão, capaz de internalizar e reproduzir valores e ações que promovam a tolerância e contribuam para enraizar hábitos e atitudes que reconheçam a dignidade de todos os seres humanos na sua pluralidade. Assim como, a necessidade da EDH ser reconhecida e aperfeiçoada a partir das suas práticas enquanto campo de saber, auxiliando no processo de efetivação desta, e que as práticas educativas pautadas na ideologia dos direitos humanos sejam marcadas como práticas reais, possíveis e necessárias.

Sabe-se que a EDH já assume uma característica real em seus aspectos políticos, entretanto, continua a perdurar desafios de difundir e fomentar discussões sobre os direitos humanos dentro dos espaços educacionais. Vale ressaltar que a escola “pode ser um lócus excelente da educação para a cidadania” (FREITAS, 2005, p. 303). Trata-se, portanto, de realizar uma leitura crítica/reflexiva no intuito de produzir uma efetiva visibilidade da atuação acadêmica do projeto de extensão supracitado, que por vezes fica invisibilizado, desconhecido e desvalorizado pela própria comunidade universitária. Faz-se fundamental ressaltar que a pesquisa se insere no tocante as práticas educativas em direitos humanos, na formação de uma consciência ética, tolerante e democrática o que potencializou o desdobramento da pesquisa em destaque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANAU, Vera Maria. Educação e direitos humanos: Desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa M. Godoy. et. al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos: Fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 397-412.

LIMA, Maria Luciene Ferreira. **Políticas Públicas no Ensino Superior: Ações Afirmativas na UFPB**. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TOSI, Giuseppe. Os Direitos Humanos: Reflexões iniciais. In: TOSI, Giuseppe (Org.). **Direitos Humanos: História, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. p. 19-44.

_____. Os Direitos Humanos como eixo articulador do ensino da pesquisa e da extensão universitária. in ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. et. al. (Orgs.). **A formação em Direitos Humanos na Universidade**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006. p. 27-53.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Introdução. In: **Educação com Ênfase em Direitos Humanos** – Salto para o Futuro. TV Escola, Ano XXIII, Boletim 24, Nov. 2013. Disponível em: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/salto/publicacao>.

